



Relatório Geral

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE
SAO PAULO IPREM

CNPJ: 47.109.087/0001-01

Referência: Outubro / 2023

Análise do Cenário Macro Econômico

Cenário Internacional

Outubro foi marcado pela cautela nos mercados globais (nada diferente do bimestre anterior). O S&P500 recuou pelo terceiro mês consecutivo aos 2,2%. Esse movimento se espalhou por outras regiões. O MSCI global cravou recuo de 3,0% e acumulou três meses consecutivos de baixa. Predominou a aversão ao risco e caracterizou-se por uma pressão nas curvas de juros globais e por uma valorização do dólar americano. Os rendimentos dos juros de 10 anos nos EUA cravaram alta 0,36p.p. e atingiram 4,93%, semelhante ao observado em meados de 2007. O índice DXY subiu 0,5%, acumulando três meses consecutivos de alta e reforçando o movimento de cautela dos mercados globais.

Nos EUA o PIB do 3ºT23, por exemplo, registrou alta anualizada de 4,9%, acelerando em relação ao avanço de 2,1% no período anterior e acima das expectativas do mercado. Adicionalmente, os últimos dados de vendas no varejo e produção industrial também se mostraram robustos, com expansão de 0,7% e 0,3%, respectivamente. O índice de preços ao consumidor (CPI) subiu 0,4% (vs. 0,3% consenso) e o núcleo de inflação subiu a um ritmo de 0,3% neste mês.

Esta resiliência da economia americana contrasta com o desempenho que se observa em outras regiões, como Europa e China. No primeiro caso, os sinais de uma desaceleração continuaram mais evidentes ao longo de outubro. A estimativa do PIB do 3ºT23 apresentou uma retração de 0,1% na comparação trimestral, resultado abaixo das expectativas do mercado e após um crescimento de 0,2% no trimestre anterior.

O BCE continua apresentando maiores preocupações com o impacto defasado da política monetária sob os dados correntes e na desaceleração do crédito da economia. Em relação à China, as expectativas de crescimento ficaram praticamente estáveis no último mês, em 5,0% para 2023 e 4,5% para 2024. O FMI, por exemplo, reviu a sua expectativa e agora já antevê um crescimento de 5,4% (5% na publicação anterior) <https://www.imf.org/en/Search#q=china%20gdp&sort=relevancy>. Tal revisão pode ser atribuída aos pequenos estímulos colocados pelo governo chinês ao longo do último mês. Grande parte dos estímulos continua focalizado em determinados setores, especialmente o setor imobiliário, mas, ao mesmo tempo, também se observa uma postura mais acomodatória da política monetária.

Síntese: Continuidade na tendência de elevação das taxas de juros, fortalecimento do dólar e um novo mês de queda das bolsas globais. A resiliência da atividade americana, sinalizações de taxas de juros elevadas por um longo período e outros fatores específicos, como preocupações fiscais e aumento do número de greves trabalhistas, são questões que justificaram um novo período de deterioração dos ativos de risco.

O efeito defasado da política monetária e o esgotamento do excesso de poupança são fatores que podem prevalecer na leitura dos dados econômicos nos próximos trimestres. Além disso, determinadas informações do mercado de trabalho começam a apontar para uma gradual desaceleração nos dados mais recentes. E mais importante, a comunicação do FED também demonstra uma maior cautela na condução da política monetária daqui para frente. Afinal, o tamanho relevante da elevação da taxa de juros e o estresse recente dos ativos de risco levaram a um aperto significativo das condições financeiras, que deve trazer implicações para a atividade econômica à frente, algo também já levantado nas discussões recentes do FED.

Esticou a corda? No intervalo de um mês, as taxas longas escalaram de patamar com o "higher for longer" do FED e a previsível e costumeira corrida pela proteção (fly to quality) que ocorreu, apesar dos receios com a situação fiscal dos EUA, e se somou ao estouro do conflito entre Israel e o Hamas, amplificando o ajuste de preços relativos com repercussão aos de maior risco (volatilidade). Na base de comparação com setembro, o rendimento da Note-10 anos saltou de 4,570% a.a. para 4,898% a.a. (MoM). O retorno do T-Bond de 30 anos estava em 4,700% um mês atrás e agora supera os 5%, a 5,049% a.a. A evolução dos juros dos Treasuries longos cobrou o seu preço das bolsas em NY em outubro, quando os índices Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq acumularam perdas de, respectivamente, 1,36%, 2,20% e 2,78%. No último pregão do mês e em véspera de FED (FOMC), porém, os três principais índices de ações conseguiram firmar alta: Dow Jones, +0,38% (33.052,87 pontos); S&P 500, +0,65% (4.193,80 pontos); e Nasdaq, +0,48% (12.851,24).

Complementarmente, o índice DXY avançou 0,51% ontem, para 106,663 pontos, aproveitando-se das perdas do euro (-0,36%, a US\$ 1,0583), da libra (-0,15%, a US\$ 1,2153) e especialmente do iene (-1,73%, a 151,57/US\$). O BoJ frustrou as expectativas e manteve o controle da curva de juros e a política monetária ultra flexível. Matéria da Bloomberg trouxe que estrategistas de grandes bancos, como o Barclays e Morgan Stanley, começam a prever perda do impulso global do dólar e saíram de posições compradas. A perspectiva de que os juros dos EUA já tenham chegado ao pico, diz, joga contra a moeda. Mas a matéria adverte que esta não é a primeira vez que Wall Street erra ao anunciar o declínio do dólar. Uma queda em julho, que alguns consideraram o fim do rali global, rapidamente se transformou em forte reação do dólar frente a outras moedas.

Cenário Doméstico:

Em sintonia com o ambiente global de maior cautela e elevação das taxas de juros nos EUA, o real desvalorizou 1,7%, voltando ao patamar de R\$5,05. As taxas de juros no mercado futuro mostraram alta e com inclinação, dada a expectativa para a taxa Selic no final do ciclo de queda entre 10% e 10,50%, de acordo com o mercado de DI, diferentemente do Focus em que a taxa aterrissa em 9,25%.

O Ibovespa cedeu 3,0% com nova saída do investidor estrangeiro da bolsa. A despeito de o governo obter vitória na Câmara e aprovar o projeto de lei que prevê a taxação de fundos exclusivos e de investimentos no exterior, o risco fiscal aumentou com as sinalizações de que a meta fiscal de 2024 poderá sofrer alteração. O compromisso da equipe econômica de zerar o déficit confrontou com as declarações do presidente que o obrigue a começar o ano fazendo um corte de bilhões nas obras que são prioritárias e questionou sobre qual seria o problema caso o déficit do próximo ano fosse 0,5% ou 0,25% do PIB.

A equipe econômica busca postergar ao máximo a decisão da definição da meta fiscal, e tem focado esforços em aprovar medidas que aumentem a arrecadação para assegurar que qualquer revisão da meta seja modesta. No entanto, o curto prazo para o avanço das matérias no Congresso em um momento que alas políticas são forças opostas criam um ambiente nada trivial e até hostil para a meta fiscal, e com elas as incertezas a respeito do rumo da política fiscal exacerbam.

O Copom reafirmou a importância das metas fiscais para a ancoragem das expectativas de inflação e, consequentemente, para a política monetária. Todavia, como ainda não houve anúncio oficial, as incertezas permanecem. O COPOM cortou a taxa Selic em 0,5 p.p., para 12,25% a.a. na reunião de novembro. Não obstante, a comunicação trouxe preocupação com o cenário global. O ambiente externo tornou-se adverso e o comitê avaliou que a conjuntura, em particular devido ao cenário internacional, é mais incerta do que o usual e exige cautela na condução da política monetária.

Em contrapartida, a evolução favorável da inflação em um ambiente de perda de fôlego do crescimento econômico permitiu ao BACEN manter o rumo da política monetária nas próximas decisões e deixar os riscos dos cenários global e fiscal como vetores que mais comprometem a taxa de juros final do ciclo de afrouxamento monetário do que a decisão dos próximos meses.

Depois de crescimento maior do que o esperado do PIB no 2ºT23, os indicadores já divulgados do 3ºT23 confirmam desaceleração da atividade doméstica e apontam para queda do PIB no período. A demanda doméstica mostra perda de dinamismo. Em agosto, por exemplo, o IBC-BR cedeu 0,8% devido à contração das vendas no varejo e, sobremaneira, devido a queda do setor de serviços.

O setor de serviços frustrou e recuou 0,9% em agosto, com destaque para a retração dos serviços prestados às famílias (-3,8%). De fato, a retração projetada para o PIB no 3ºT23, por ora, não é suficiente para alterar as estimativas de alta de cerca de 3,0% do PIB em 2023 e 1,5% para 2024 (de acordo com o Focus).

Apesar de o IPCA-15 de outubro ficar ligeiramente acima das expectativas, houve surpresa baixista com os números de serviços. Assim, além de os núcleos e os índices de serviços seguirem com descompressão na comparação anual, a variação abaixo do esperado em outubro ajuda a reduzir, por ora, o risco de inflação em conjuntura de arrefecimento da atividade. Não obstante, os números de inflação corrente abaixo do esperado somados à redução recente anunciada dos preços da gasolina consolidam a expectativa de que o IPCA termine o ano de 2023 dentro do intervalo da meta buscada pelo Banco Central. Esse cenário, por ora, contribuiu para evitar deterioração adicional das expectativas e permitir ao Copom sinalizar conforto com o atual ritmo de queda da Selic para as próximas reuniões enquanto observa os desdobramentos do cenário global e a evolução do risco fiscal.

Paralelamente, a STN divulgou o relatório mensal da dívida pública federal (RMD) com os dados de setembro, cujo estoque da DPMFi diminuiu 3,2% para R\$5,83 trilhões em relação a publicação anterior. Os destaques foram:

- i - resgate líquido de títulos domésticos foi de R\$244,2 bilhões (considerando apenas as ofertas públicas e excluindo o Tesouro Direto), o maior do ano. As emissões atingiram R\$76,4 bilhões, liderada pelas colocações de LFTs, cujos resgates atingiram R\$320,8 bilhões (R\$318,3 bi de LFT, vencidos em 1º/09/2023);
- ii - liquidez passou de R\$1,02 trilhão em agosto para R\$810 bilhões em setembro (queda de -R\$214,2 bilhões), como resultado do resgate líquido de títulos. O Índice de Liquidez subiu de 7,92 para 9,50 meses. O colchão poderá se elevar no restante do ano, em razão dos resgates de R\$42 bilhões no 3º trimestre (PAF). Nos próximos 12 meses, os vencimentos da DPMFi somam R\$1,23 trilhão, com dados recentes;
- iii - custo médio do estoque da DPMFi acumulado em 12 meses subiu de 10,98% para 11,15%, puxado pelas NTN-B (aumento da inflação acumulada no período). Já o custo médio das emissões (acumulado em 12 meses) declinou de 12,03% para 11,93%, em função do menor custo das LFT (redução da taxa Selic e deságios) e das NTN-B (variação menor do indexador); e,
- iv - estoque de títulos domésticos detidos por não residentes foi de R\$22,2 bilhões, a maior alta nominal desde outubro de 2020. Dito isto, a participação relativa desse grupo de investidores na DPMFi subiu de 9,25% para 9,94%, a maior desde fevereiro de 2022, podendo denotar apetite dos estrangeiros pela renda fixa doméstica, mas refletindo também a redução do montante da DPMFi. A participação relativa nas NTN-F caiu de 50,5% para 49,1%, mas, nas LTN, passou de 23,7% para 25,5%. A participação relativa dos Fundos de Investimento na DPMFi declinou de 24,9%, para 23,4%, como consequência do vencimento de LFT.

Complementarmente, o setor público consolidado apresentou déficit primário de R\$18,1 bilhões em setembro, ampliando resultado negativo no ano para R\$97,1 bilhões.

Nas estatísticas fiscais divulgadas pelo BACEN (08/11), o setor público consolidado apresentou déficit de R\$18,1 bilhões em setembro, com resultado negativo de R\$16,5 bilhões do Governo Central, R\$1,1 bilhão dos Governos Regionais e R\$0,5 bilhão das Empresas Estatais. Segundo o mercado o primário não foi bom comparando-se com o mesmo mês de 2022, quando este foi superavitário em R\$10,7 bilhões. A não inclusão dos recursos provenientes dos fundos do PIS/Pasep transferidos ao Governo Central no cálculo do Banco Central, por considerá-los apenas como ajuste patrimonial, provocou um nível não usual de discrepância entre os resultados divulgados por essa instituição e os dados do Tesouro Nacional.

Já no acumulado em 12 meses o déficit foi de R\$ 101,9 bilhões (0,97% do PIB) e o resultado relativo aos nove primeiros meses de 2023 é negativo em R\$97,1 bilhões. A previsão da Warren Rena para o ano de 2023 é de um déficit do Setor Público Consolidado de R\$109,1 bilhões. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) ficou estável em 74,4% do PIB em setembro. Os impactos allistas dos juros nominais e da desvalorização cambial foram compensados pelos resgates líquidos da dívida e a variação do PIB nominal. No ano a DBGG subiu 1,5 p.p. do PIB, com o aumento provocado pelos juros nominais apropriados parcialmente contrabalanceados pela valorização cambial e o aumento do PIB nominal.

Por fim, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) subiu 0,1 p.p. do PIB em setembro, alcançando 60% do PIB. Os principais responsáveis para o resultado foram os juros nominais apropriados e o déficit primário realizado. No ano a DLSP já subiu 2,9 p.p. do PIB, também por conta do primário e dos juros, somados ao impacto da variação cambial.

O Treasury (EUA) de 10 anos alcançou 5% a.a. O que isso implica para os ativos?

Inicialmente, não se pode menosprezar que o mercado não acreditava que a taxa pudesse galgar tais patamares e se surpreendeu quando a taxa efetivamente superou os 5% a.a. Após a causa, tivemos a consequência. O mercado manteve o comportamento de aversão ao risco em outubro, com as taxas pagas pelos títulos norte-americanos em todos os vencimentos, especialmente os de 10 e 30 anos, sendo a primeira atingindo a 5,022% a.a., e isso traz diversas reverberações, nos valuations das empresas e dos negócios, nos preços relativos dos demais ativos e sua interconexão, na atração de novos e antigos investidores em busca do "porto seguro", e em dólar.

Há vários vetores para explorar, todavia, iremos nos cingir aos seguintes:

- i - recente conflito geopolítico e a alta do petróleo (para o patamar de US\$90/barril), embora "comportado" contribuiu para o sentimento de prudência, dado que uma continuação do movimento pode levar a uma revisão do cenário benigno de desinflação no mundo e adiar o começo e/ou andamento do processo de afrouxamento da política monetária em diversos países, exceto na América do Norte.
- ii - o FED, em seus diversos pronunciamentos, tem ressaltado que há desinflação gradual em curso, mas que os juros básicos talvez ainda não tenham ficado restritivos o tempo suficiente. O mercado tem interpretado como mais um sinal de que é pouco provável haver alta de juros nas reuniões de novembro e de dezembro do FED, corroborados pela ferramenta <https://www.cmegroup.com/markets/interest-rates/cme-fedwatch-tool.html>, que atribui em 98,2% de probabilidade de manutenção no patamar de 5,25%-5,50%, com redução somente no 2S24, no momento que contextualizamos o relatório. Há sinais de que o pico foi atingido, mas não há certeza, bem como a curva está adquirindo inclinação (vide T Bond de 30 anos);
- iii - a economia norte-americana mostra: (a) a inflação, apurada pelo índice PCE Core, ainda em 3,9%; (b) a atividade econômica resiliente, com o PIB avançando 2,4% ao ano; (c) os salários crescendo a 4,2% no ano; (d) apuração de novas vagas pelo Payroll, em 336 mil novos postos; e, por fim, (e) a taxa de desemprego em 3,8%.
- iv - o mercado enxerga sinais de desaceleração no crédito, PMIs, hipotecas, dentre outros indicadores – além do próprio nível de juros reais longos nesse patamar, pode implicar contração nas condições financeiras mais adiante –, o patamar atual de crescimento é robusto e ainda pode levar tempo até que um sinal de desaceleração evidente apareça.
- v - as expectativas de inflação têm permanecido animadoras, e a inflação implícita de curto prazo caiu para patamares abaixo da meta do FED, demonstrando que o mercado vê o nível atual dos juros básicos como restritivo o suficiente.

vi - fatores estruturais pressionando os yields das Treasuries, como o déficit fiscal dos EUA, a redução do balanço do FED e a mudança do padrão de acumulação das reservas de alguns bancos centrais, especialmente Japão e China devem persistir.
vii - "ceteris paribus", a despeito da volatilidade recente, o mercado continua enxergando "prêmio" pelo risco tendo em vista os níveis de juros oferecidos pelos papéis, tanto lá quanto cá, seja em termos nominais e/ou reais.

Dito isto, qual seria o limite para os juros longos projetados nos títulos de renda fixa do Tesouro norte-americano e quanto mais eles podem subir? Cremos que a resposta não seja tão trivial e o próprio presidente do FED declarou que essa é uma dinâmica de mercado sobre a qual ele vai ter de reagir (o FED recebe esse preço do mercado), mas nos parece que o nível de juros reais embutido nesses títulos já é restritivo; e, se o mercado estiver certo em suas projeções de inflação, os juros reais desses títulos já estão em território atraente.

O que pode fazer esses yields (taxas) recuarem de agora em diante? Algumas hipóteses para o recuo dos juros, mas nenhuma certeza:

- i - o FED vê o prêmio sendo demandado como excessivo, o que o leva a intervir, ou então a reduzir o Quantitative Tightening (QT) em andamento. Cenário improvável, dado o claro objetivo do FED de reduzir a inflação
 - ii - o mercado enxerga prêmio como excessivo, o que aumenta a procura por títulos e leva a curva a fechar. Deve depender de dados de atividade econômica mais fracos (que ainda não vieram) e possivelmente levará um certo período (não sendo possível antever) até formar uma tendência
 - iii - crise de algum participante de mercado (instituição financeira, seguradora, pension fund, etc.) sofrendo as consequências dos juros mais altos (algum agente com exposição excessiva cujo orçamento de risco extrapolou e não há capital para suportar as oscilações). Imprevisível.
 - iv - nos EUA começa a ser sentido o efeito contracionista subitamente e a atividade econômica colapsa rapidamente. O efeito da política monetária restritiva na economia costuma ter delay (uns 9 meses); mas, caso ocorra, a consequência deve ser também de aversão a risco, com fechamento de taxas.
 - v - a aversão ao risco global eleva em decorrência de um agravamento dos conflitos geopolíticos. Possivelmente as taxas das Treasuries passarão por fechamento, dado o aumento da demanda. No entanto, um agravamento dos conflitos que envolva preocupação com a cadeia do petróleo e demais commodities deve levar a preocupações inflacionárias
- Os fatores (i) e (ii) não são triviais e não permitem "palpites", e as alternativas (iii), (iv) e (v) têm semelhança na dificuldade de previsão. Para os pontos (iii) e (iv), a consequência seria de fechamento das taxas contemporaneamente a um ambiente difícil para mercados; ao passo que, se o ponto (v) ocorrer, o fechamento da curva deve ser pontual, e o ambiente para o mercado acionário deve ficar difícil.

Consequências para investimentos:

- i - os agentes devem começar a deslocar para posições em títulos longos de renda fixa nas carteiras globais, adicionando posições de duration mais longa gradualmente, dado que o mercado ainda não deu sinal de estabilização do patamar dos yields;
- ii - renda fixa é uma posição preferencial a ações na carteira em dólares;
- iii - o cenário doméstico é de inflação em direção à meta (4,5%) e em trajetória decrescente e de atividade dando alguns sinais de desaceleração. Dessa forma, nas carteiras em reais, o mercado deve começar a aumentar posições em pré-fixados e juros reais. O COPOM tem comunicado que seguirá cortando a SELIC ao ritmo de 0,50 p.p. a cada reunião, mesmo no contexto em que o FED ainda não terminou de subir os juros de curto prazo. Ressalte-se, que o PIB potencial (estimado em \approx 2,5%-3%) e a taxa de juros neutra (variável não observável) se deslocou, o que permite antever que o passo de corte seguirá. A curva de juros futuros projeta menos do que dois a três cortes consecutivos dessa magnitude, e a moeda doméstica segue resiliente, mesmo no ambiente de maior incerteza internacional;
- iv - enquanto as taxas das Treasuries podem se estabilizar nesse patamar (fato que ressaltamos no relatório de setembro), os títulos longos brasileiros devem seguir na mesma dinâmica. Atualmente as taxas atuais dos títulos indexados à inflação seguem rodando no patamar de 5,8%-6,05% a.a. para títulos longos (houve abertura de 77 bps desde 16/08/2023, tomando a B50 como proxy) o que permite dizer que o balanço de retorno x risco melhorou e a oportunidade para quem tem lógica de carregamento e a gestão de ativos x passivos (ALM ou LD) se mostra atraente e até recomendável, tanto para hedge quanto para imunização de riscos de passivos. Possivelmente veremos isso adiante (hedge e imunização), melhorando o fluxo de leilões de títulos públicos e negociação no mercado secundário; e,
- v - se as taxas nos EUA continuarem subindo e se estabilizarem em nível alto por muito tempo, haverá consequências negativas para mercados acionários ao redor do globo e para ativos de mercados emergentes em geral. Em um contexto de juros mais altos por mais tempo nos EUA, observa-se taxa de câmbio como um monitor que indicará quando o país emergente encontrou a restrição externa ao determinar seu nível de juros doméstico, eis o dilema.

Alternativamente, depois de alguns meses em que o cenário demonstrava "nebulosidade" e diversos desafios de interpretação, vimos o FED (ancorando expectativas) e a taxa dos títulos americanos recuando de maneira nada trivial entre o fim de outubro e início de novembro de 2023. As incertezas ou certezas de dissiparam, abrindo um caminho, mesmo que estreito e recheado de dúvidas, do que podemos esperar nas próximas semanas/meses.

Nesse curto período (30/10 a 03/11/23) foi marcada por dados de crescimento menos robustos ao redor do mundo, inclusive e especialmente, nos EUA. Os dados foram interpretados como fracos o bastante pelo mercado e aumentou a probabilidade de precificação do fim do ciclo de alta de juros no mundo, mas não o suficiente para os investidores temerem uma recessão.

Some-se, ao anúncio do cronograma do Tesouro dos EUA para as emissões de dívida para os próximos meses ficou abaixo das expectativas do mercado, trazendo relativo alívio - mesmo que momentâneo - para a curva longa de juros americana. De maneira geral, aumentou a probabilidade do mercado "operar" o tema de pouso suave (Soft Landing) da economia no curto prazo, assim como vimos no 1ºS23.

Não se pode descartar que há riscos em torno deste cenário: (i) o retorno de uma inflação alta e um crescimento robusto, o que julgamos ser de probabilidade mais baixa, neste momento; e (ii) desaceleração acentuada do crescimento nos próximos 6 a 12 meses, algo que o mercado vê como de probabilidade mais alta. Os ativos de risco se movem em torno de "temas de investimentos" ou "narrativas". A narrativa de suavizado pode vir a dominar o curto prazo, mas ainda se antevê a narrativa da "recessão" ou "pouso forçado" afetando os mercados nos próximos meses, pois os dados são dispersos e dependentes, e não seria surpresa se voltasse a predominar a resiliência da economia norte americana.

Esta visão é um tanto quanto incerta, especialmente se lembrarmos que era isso que o mercado esperava para este ano e acabou não acontecendo. De qualquer forma, os dados econômicos e a teoria de política monetária apontam nessa direção. Ainda acreditamos nos "modelos" econômicos, embora possam divergir do senso comum.

Neste estágio do ciclo, supõem-se que os ativos de risco (no geral) tendem a apresentar desempenho positivo e correlação alinhada. As taxas de juros podem ceder, os ativos (bolsa, commodities, EM e etc.), podem subir. A fase seguinte tende a ser mais desafiadora para os ativos de risco, mas as taxas de juros podem acelerar o movimento de queda.

Dito isto, (e, de novo, "remando" contra um tema que deu muito errado ao longo do ano), parece que a assimetria nas taxas de juros ficou favorável novamente (estar aplicado em juros no mundo). O Brasil continuará sendo um "ativo alavancado e com beta alto" em relação ao que ocorre no resto do mundo. A questão fiscal é um desafio de longo prazo, mas os últimos dias de outubro e início de novembro mostraram como o mercado está disposto a ignorar este "problema" caso o cenário internacional esteja menos incerto ou mais previsível.

Um déficit entre 0,25 a 0,5% do PIB, que deve ser anunciado pelo governo para 2024 já era esperado pelo mercado (não foi uma novidade). O timing do anúncio e a forma de conduzir a questão não foram adequadas e, sem dúvida, negativos para o cenário, mas dado o nível de preços e valuations dos ativos locais, não impedem uma recuperação, mesmo que cíclica e pontual, dos ativos locais.

O mercado ainda precifica a taxa de juros Selic terminal em torno de 10,25%, inquietantemente mais alta que o Focus (9,25%) o que tende a dar algum suporte a bolsa do país nos próximos meses. Os sinais de desaceleração da economia é um risco a se monitorar, mas a alavancagem operacional das empresas face a queda de juros deveria mais do que compensar a queda do crescimento, segundo os gestores de ações e a própria dinâmica de precificação.

A curva de juros pode ficar um pouco mais "inclinada" dado os ruídos fiscais, enquanto o câmbio continua com correlação com o movimento global do dólar. Vamos monitorar esses movimentos.

Carteira - Consolidado

| CNPJ | Produto | Disponibilidade Resgate | Carência | Saldo | % Sobre Total Côm. Limites | Quantidade Cotistas | % Sobre PL do Fundo | Resolução - 4.963 |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|----------|-----------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------------|
| | Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:20437-4 | -- | -- | 16.252,07 | -- | -- | -- | -- |
| | Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:20438-2 | -- | -- | 357,20 | -- | -- | -- | -- |
| | Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:1100-2 | -- | -- | 0,00 | -- | -- | -- | -- |
| 03.543.447/0001-03 | BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI | D+1 | Não há | 17.833.770,36 | 1,84% | 785 | 0,34% | ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B" |
| 41.727.134/0001-96 | BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO | D+0 | Não há | 46.308.836,37 | 4,78% | 12 | 1,66% | ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B" |
| 11.046.645/0001-81 | BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO | D+0 | Não há | 905.223.858,44 | 93,38% | 184 | 2,96% | ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B" |
| Total: | | | | 969.383.074,44 | 100,00% | | | |

Rentabilidade - Consolidado

→ IMA-B 5

| CNPJ | Ativos | Mês | Ano | 3 meses | 6 meses | 12 meses | 24 meses | Taxa Adm. | VaR Mês | Volatilidade - 12 meses |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------|---------|---------|---------|----------|----------|-----------|---------|-------------------------|
| 03.543.447/0001-03 | BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI | -0,324 % | 8,402 % | 0,412 % | 2,971 % | 9,013 % | 22,698 % | 0,2 % | 0,320 % | 2,937 % |
| -- | IMA-B 5 (Benchmark) | -0,311 % | 8,552 % | 0,475 % | 3,041 % | 9,226 % | 23,194 % | -- | -- | -- |

→ CDI

| CNPJ | Ativos | Mês | Ano | 3 meses | 6 meses | 12 meses | 24 meses | Taxa Adm. | VaR Mês | Volatilidade - 12 meses |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----------|---------|---------|----------|----------|-----------|---------|-------------------------|
| 11.046.645/0001-81 | BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO | 0,978 % | 10,977 % | 3,076 % | 6,494 % | 13,288 % | 26,369 % | 0,1 % | 0,045 % | 0,015 % |
| 41.727.134/0001-96 | BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO | 0,974 % | 10,770 % | 3,021 % | 6,346 % | 13,056 % | 25,598 % | 0,1 % | -- | -- |
| -- | CDI (Benchmark) | 0,998 % | 11,024 % | 3,091 % | 6,497 % | 13,360 % | 26,414 % | -- | -- | -- |

Retorno - Consolidado

| Mês | Saldo Anterior (R\$) | Aplicações (R\$) | Resgates / Amortizações (R\$) | Saldo no Mês (R\$) | Retorno no Mês (R\$) | Retorno Acumulado (R\$) | Retorno no Mês (%) | Retorno Acumulado (%) | Meta para o Mês (%) | Meta Acum (%) | Diferença Acumulada (%) |
|-----------|----------------------|------------------|-------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|---------------|-------------------------|
| janeiro | 1.044.727.997,26 | 231.274.730,06 | 392.197.612,44 | 895.197.265,45 | 11.392.150,57 | 11.392.150,57 | 0,89% | 0,89% | 1,12% | 1,12% | 79,48% |
| fevereiro | 895.197.265,45 | 40.038.838,62 | 388.709.499,33 | 555.224.053,03 | 8.697.448,29 | 20.089.598,86 | 0,93% | 1,83% | 0,92% | 2,05% | 89,24% |
| março | 555.224.053,03 | 394.496.296,72 | 397.186.592,58 | 562.791.895,81 | 10.258.138,64 | 30.347.737,50 | 1,08% | 2,93% | 1,17% | 3,25% | 90,17% |
| abril | 562.791.895,81 | 314.273.693,53 | 396.842.185,93 | 487.169.893,16 | 6.946.489,75 | 37.294.227,25 | 0,79% | 3,75% | 0,92% | 4,20% | 89,23% |
| maio | 487.169.893,16 | 463.854.745,95 | 388.880.659,30 | 570.841.639,97 | 8.697.660,16 | 45.991.887,41 | 0,91% | 4,70% | 1,12% | 5,37% | 87,45% |
| junho | 570.841.639,97 | 345.870.781,98 | 394.380.225,40 | 531.533.524,78 | 9.201.328,23 | 55.193.215,64 | 1,00% | 5,75% | 1,07% | 6,50% | 88,42% |
| julho | 531.533.524,78 | 351.702.218,75 | 426.628.773,71 | 465.164.055,64 | 8.557.085,82 | 63.750.301,46 | 0,97% | 6,77% | 1,07% | 7,64% | 88,62% |
| agosto | 465.164.055,64 | 728.149.439,44 | 690.182.746,61 | 504.599.357,22 | 1.468.608,75 | 65.218.910,21 | 0,12% | 6,90% | 1,14% | 8,87% | 77,84% |
| setembro | 504.599.357,22 | 750.054.222,34 | 679.663.362,62 | 583.213.198,67 | 8.222.981,73 | 73.441.891,94 | 0,66% | 7,60% | 0,97% | 9,93% | 76,58% |
| outubro | 583.213.198,67 | 782.117.382,43 | 407.374.342,73 | 969.366.465,17 | 11.410.226,80 | 84.852.118,74 | 0,84% | 8,50% | 1,00% | 11,02% | 77,12% |

| CNPJ | Ativos Renda Fixa | Saldo Anterior (R\$) | Aplicações (R\$) | Resgates / Amortizações (R\$) | Saldo no mês (R\$) | Retorno no mês (R\$) | Retorno no mês para o Instituto (%) | Retorno do fundo no mês (%) |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 03.543.447/0001-03 | BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI | 17.891.736,74 | 0,00 | 0,00 | 17.833.770,36 | -57.966,38 | -0,32% | -0,32% |
| 41.727.134/0001-96 | BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO | 35.893.123,83 | 41.487.684,26 | 31.505.652,38 | 46.308.836,37 | 433.680,66 | 0,56% | 0,97% |
| 11.046.645/0001-81 | BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO | 529.428.338,10 | 740.629.698,17 | 375.868.690,35 | 905.223.858,44 | 11.034.512,52 | 0,87% | 0,98% |
| | Total Renda Fixa | 583.213.198,67 | 782.117.382,43 | 407.374.342,73 | 969.366.465,17 | 11.410.226,80 | 0,84% | |

Carteira - FUNFIN (Financeiro)

| CNPJ | Produto | Disponibilidade Resgate | Carência | Saldo | % Sobre Total Côm. Limites | Quantidade Cotistas | % Sobre PL do Fundo | Resolução - 4.963 |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|----------|-----------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------------|
| 11.046.645/0001-81 | BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO | D+0 | Não há | 434.040.918,01 | 100,00% | 184 | 1,42% | ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B" |
| Total: | | | | 434.040.918,01 | 100,00% | | | |

Retorno - FUNFIN (Financeiro)

| Mês | Saldo Anterior (R\$) | Aplicações (R\$) | Resgates / Amortizações (R\$) | Saldo no Mês (R\$) | Retorno no Mês (R\$) | Retorno Acumulado (R\$) | Retorno no Mês (%) | Retorno Acumulado (%) | Meta para o Mês (%) | Meta Acum (%) | Diferença Acumulada (%) |
|-----------|----------------------|------------------|-------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|---------------|-------------------------|
| janeiro | 312.349.159,94 | 27.575.180,00 | 23.990.740,45 | 319.248.358,23 | 3.314.758,74 | 3.314.758,74 | 0,98% | 0,98% | 1,12% | 1,12% | 86,81% |
| fevereiro | 319.248.358,23 | 18.559.748,78 | 23.125.690,74 | 317.754.684,03 | 3.072.267,76 | 6.387.026,50 | 0,91% | 1,89% | 0,92% | 2,05% | 92,29% |
| março | 317.754.684,03 | 27.813.522,56 | 24.422.344,95 | 324.975.224,23 | 3.829.362,59 | 10.216.389,09 | 1,11% | 3,02% | 1,17% | 3,25% | 92,99% |
| abril | 324.975.224,23 | 23.960.190,81 | 23.246.866,64 | 328.412.207,53 | 2.723.659,13 | 12.940.048,22 | 0,78% | 3,83% | 0,92% | 4,20% | 91,15% |
| maio | 328.412.207,53 | 76.830.399,44 | 24.003.370,15 | 385.046.878,73 | 3.807.641,91 | 16.747.690,13 | 0,94% | 4,80% | 1,12% | 5,37% | 89,45% |
| junho | 385.046.878,73 | 35.689.952,05 | 24.916.144,59 | 400.288.429,35 | 4.467.743,16 | 21.215.433,29 | 1,06% | 5,92% | 1,07% | 6,50% | 91,02% |
| julho | 400.288.429,35 | 30.182.299,43 | 25.069.600,33 | 409.660.040,32 | 4.258.911,87 | 25.474.345,16 | 0,99% | 6,96% | 1,07% | 7,64% | 91,14% |
| agosto | 409.660.040,32 | 334.364.849,19 | 325.292.040,60 | 415.817.492,23 | -2.915.356,68 | 22.558.988,48 | -0,39% | 6,54% | 1,14% | 8,87% | 73,81% |
| setembro | 415.817.492,23 | 321.814.054,82 | 322.702.999,58 | 418.653.582,23 | 3.725.034,76 | 26.284.023,24 | 0,50% | 7,08% | 0,97% | 9,93% | 71,34% |
| outubro | 418.653.582,23 | 37.698.555,73 | 26.469.243,48 | 434.040.918,01 | 4.158.023,53 | 30.442.046,77 | 0,91% | 8,06% | 1,00% | 11,02% | 73,09% |

| CNPJ | Ativos Renda Fixa | Saldo Anterior (R\$) | Aplicações (R\$) | Resgates / Amortizações (R\$) | Saldo no mês (R\$) | Retorno no mês (R\$) | Retorno no mês para o Instituto (%) | Retorno do fundo no mês (%) |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 11.046.645/0001-81 | BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO | 418.653.582,23 | 37.698.555,73 | 26.469.243,48 | 434.040.918,01 | 4.158.023,53 | 0,91% | 0,98% |
| Total Renda Fixa | | 418.653.582,23 | 37.698.555,73 | 26.469.243,48 | 434.040.918,01 | 4.158.023,53 | 0,91% | |

Carteira - FUNPREV (Previdenciário)

| CNPJ | Produto | Disponibilidade Resgate | Carência | Saldo | % Sobre Total Côm. Limites | Quantidade Cotistas | % Sobre PL do Fundo | Resolução - 4.963 |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|----------|-----------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------------|
| 03.543.447/0001-03 | BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI | D+1 | Não há | 17.709.388,83 | 3,62% | 785 | 0,34% | ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B" |
| 11.046.645/0001-81 | BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO | D+0 | Não há | 471.182.940,43 | 96,38% | 184 | 1,54% | ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B" |
| Total: | | | | 488.892.329,26 | 100,00% | | | |

Retorno - FUNPREV (Previdenciário)

| Mês | Saldo Anterior (R\$) | Aplicações (R\$) | Resgates / Amortizações (R\$) | Saldo no Mês (R\$) | Retorno no Mês (R\$) | Retorno Acumulado (R\$) | Retorno no Mês (%) | Retorno Acumulado (%) | Meta para o Mês (%) | Meta Acum (%) | Diferença Acumulada (%) |
|-----------|----------------------|------------------|-------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|---------------|-------------------------|
| janeiro | 722.018.779,77 | 188.444.449,77 | 360.405.273,74 | 557.973.175,30 | 7.915.219,50 | 7.915.219,50 | 0,87% | 0,87% | 1,12% | 1,12% | 77,39% |
| fevereiro | 557.973.175,30 | 11.906.925,00 | 355.453.963,24 | 219.872.111,75 | 5.445.974,69 | 13.361.194,19 | 0,96% | 1,83% | 0,92% | 2,05% | 89,35% |
| março | 219.872.111,75 | 354.534.453,71 | 364.041.908,27 | 216.524.730,93 | 6.160.073,74 | 19.521.267,93 | 1,07% | 2,93% | 1,17% | 3,25% | 90,00% |
| abril | 216.524.730,93 | 273.931.859,39 | 354.741.281,26 | 139.740.021,27 | 4.024.712,21 | 23.545.980,14 | 0,82% | 3,77% | 0,92% | 4,20% | 89,79% |
| maio | 139.740.021,27 | 373.686.524,50 | 358.898.632,56 | 159.146.726,16 | 4.618.812,95 | 28.164.793,09 | 0,90% | 4,70% | 1,12% | 5,37% | 87,61% |
| junho | 159.146.726,16 | 295.378.623,49 | 353.701.700,67 | 105.241.587,13 | 4.417.938,15 | 32.582.731,24 | 0,97% | 5,72% | 1,07% | 6,50% | 88,04% |
| julho | 105.241.587,13 | 304.953.438,84 | 386.219.595,63 | 27.951.483,99 | 3.976.053,65 | 36.558.784,89 | 0,97% | 6,75% | 1,07% | 7,64% | 88,30% |
| agosto | 27.951.483,99 | 385.302.113,64 | 354.370.056,47 | 62.949.423,35 | 4.065.882,19 | 40.624.667,08 | 0,98% | 7,80% | 1,14% | 8,87% | 87,93% |
| setembro | 62.949.423,35 | 414.855.021,88 | 353.477.043,73 | 128.541.706,80 | 4.214.305,30 | 44.838.972,38 | 0,88% | 8,75% | 0,97% | 9,93% | 88,11% |
| outubro | 128.541.706,80 | 702.931.142,44 | 349.399.446,87 | 488.892.329,26 | 6.818.926,89 | 51.657.899,27 | 0,82% | 9,64% | 1,00% | 11,02% | 87,43% |

| CNPJ | Ativos Renda Fixa | Saldo Anterior (R\$) | Aplicações (R\$) | Resgates / Amortizações (R\$) | Saldo no mês (R\$) | Retorno no mês (R\$) | Retorno no mês para o Instituto (%) | Retorno do fundo no mês (%) |
|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 03.543.447/0001-03 | BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI | 17.766.950,93 | 0,00 | 0,00 | 17.709.388,83 | -57.562,10 | -0,32% | -0,32% |
| 11.046.645/0001-81 | BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO | 110.774.755,87 | 702.931.142,44 | 349.399.446,87 | 471.182.940,43 | 6.876.488,99 | 0,85% | 0,98% |
| Total Renda Fixa | | 128.541.706,80 | 702.931.142,44 | 349.399.446,87 | 488.892.329,26 | 6.818.926,89 | 0,82% | |

Carteira - IPREM (Fundo Administrativo)

| CNPJ | Produto | Disponibilidade Resgate | Carência | Saldo | % Sobre Total Côm. Limites | Quantidade Cotistas | % Sobre PL do Fundo | Resolução - 4.963 |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|----------|----------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------------|
| 03.543.447/0001-03 | BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI | D+1 | Não há | 124.381,53 | 0,27% | 785 | 0,00% | ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B" |
| 41.727.134/0001-96 | BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO | D+0 | Não há | 46.308.836,37 | 99,73% | 12 | 1,66% | ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B" |
| Total: | | | | 46.433.217,90 | 100,00% | | | |

Retorno - IPREM (Fundo Administrativo)

| Mês | Saldo Anterior (R\$) | Aplicações (R\$) | Resgates / Amortizações (R\$) | Saldo no Mês (R\$) | Retorno no Mês (R\$) | Retorno Acumulado (R\$) | Retorno no Mês (%) | Retorno Acumulado (%) | Meta para o Mês (%) | Meta Acum (%) | Diferença Acumulada (%) |
|-----------|----------------------|------------------|-------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|---------------|-------------------------|
| janeiro | 10.360.057,55 | 15.255.100,29 | 7.801.598,25 | 17.975.731,92 | 162.172,33 | 162.172,33 | 0,63% | 0,63% | 1,12% | 1,12% | 56,36% |
| fevereiro | 17.975.731,92 | 9.572.164,84 | 10.129.845,35 | 17.597.257,25 | 179.205,84 | 341.378,17 | 0,65% | 1,29% | 0,92% | 2,05% | 62,76% |
| março | 17.597.257,25 | 12.148.320,45 | 8.722.339,36 | 21.291.940,65 | 268.702,31 | 610.080,48 | 0,90% | 2,20% | 1,17% | 3,25% | 67,76% |
| abril | 21.291.940,65 | 16.381.643,33 | 18.854.038,03 | 19.017.664,36 | 198.118,41 | 808.198,89 | 0,53% | 2,74% | 0,92% | 4,20% | 65,27% |
| maio | 19.017.664,36 | 13.337.822,01 | 5.978.656,59 | 26.648.035,08 | 271.205,30 | 1.079.404,19 | 0,84% | 3,60% | 1,12% | 5,37% | 67,08% |
| junho | 26.648.035,08 | 14.802.206,44 | 15.762.380,14 | 26.003.508,30 | 315.646,92 | 1.395.051,11 | 0,76% | 4,39% | 1,07% | 6,50% | 67,56% |
| julho | 26.003.508,30 | 16.566.480,48 | 15.339.577,75 | 27.552.531,33 | 322.120,30 | 1.717.171,41 | 0,76% | 5,18% | 1,07% | 7,64% | 67,80% |
| agosto | 27.552.531,33 | 8.482.476,61 | 10.520.649,54 | 25.832.441,64 | 318.083,24 | 2.035.254,65 | 0,88% | 6,11% | 1,14% | 8,87% | 68,90% |
| setembro | 25.832.441,64 | 13.385.145,64 | 3.483.319,31 | 36.017.909,64 | 283.641,67 | 2.318.896,32 | 0,72% | 6,88% | 0,97% | 9,93% | 69,26% |
| outubro | 36.017.909,64 | 41.487.684,26 | 31.505.652,38 | 46.433.217,90 | 433.276,38 | 2.752.172,70 | 0,56% | 7,47% | 1,00% | 11,02% | 67,79% |

| CNPJ | Ativos Renda Fixa | Saldo Anterior (R\$) | Aplicações (R\$) | Resgates / Amortizações (R\$) | Saldo no mês (R\$) | Retorno no mês (R\$) | Retorno no mês para o Instituto (%) | Retorno do fundo no mês (%) |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------|----------------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 03.543.447/0001-03 | BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI | 124.785,81 | 0,00 | 0,00 | 124.381,53 | -404,28 | -0,32% | -0,32% |
| 41.727.134/0001-96 | BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO | 35.893.123,83 | 41.487.684,26 | 31.505.652,38 | 46.308.836,37 | 433.680,66 | 0,56% | 0,97% |
| Total Renda Fixa | | 36.017.909,64 | 41.487.684,26 | 31.505.652,38 | 46.433.217,90 | 433.276,38 | 0,56% | |

Outros Cometários

Considerando os princípios implícitos e explícitos da Administração Pública, aliada às melhores práticas de gestão corporativa, inseridas no manual Pró Gestão - no quesito transparência (item 3.2.8), que diz: “Os documentos e informações mínimos a serem divulgados pelo RPPS em seu site estão a seguir relacionados, sendo em regra obrigatórios para os Níveis I a IV, exceto quando expressamente ressalvado: p) Relatórios mensais e anuais de investimentos”; e considerando as atribuições da Diretoria Executiva, expressos no DECRETO Nº 62.556 DE 12 DE JULHO DE 2023, aprova o relatório mensal da carteira de investimentos referente ao mês de outubro de 2023, em sua 11ª reunião ordinária de 2023, seguindo as diretrizes e parâmetros estabelecidos para os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, através do Ministério da Previdência Social, que exerce as competências de orientar, supervisionar, fiscalizar e acompanhar os RPPS, além de estabelecer parâmetros e diretrizes gerais para seu funcionamento, conforme art. 9º da Lei nº 9.717/1998, que foi expressamente recepcionada como Lei Complementar pela EC nº 103/2019, bem como pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, amparando-se, ainda, na Política de Investimentos vigente.

Disclaimer

As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pelo Atlas RPPS, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. O Atlas RPPS, titular desta marca ou qualquer das empresas de seu grupo empresarial não são responsáveis por tomadas de decisão e consequentes resultados. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias e Mensais.